

INSTITUTO DE HUMANIDADES

A HERANÇA GRECO-ROMANA

E A NOVA VALORAÇÃO OCIDENTAL

Antonio Paim

Leonardo Prota

Ricardo Vélez Rodriguez

SUMÁRIO

I. A HERANÇA GRECO-ROMANA

- a) Recuperação tardia dessa herança**
- b) O essencial do legado grego**
- c) O essencial do legado romano**

ANEXOS

- 1. O direito romano**
- 2. As instituições políticas**
- 3. A religião de Estado**

II. A NOVA VALORAÇÃO OCIDENTAL

- a) Aspectos históricos**
- b) A questão religiosa em debate**
- c) A idéia de predestinação como cerne das novas confissões**
- d) A hipótese de Max Weber**

IV. LEITURA COMPLEMENTAR RELATIVA À GRÉCIA ANTIGA

- O que era de fato a democracia grega**
- Os poemas homéricos**
- A guerra do Peloponeso**

V. FILMOGRAFIA RELATIVA À GRÉCIA E ROMA ANTIGAS

- Ulisses**
- O homem que queria ser rei**
- A queda do Império Romano**

EXERCÍCIOS

I A HERANÇA GRECO-ROMANA

a) Recuperação tardia dessa herança

Decorreram alguns séculos até que se verificasse a sedimentação das tribos, chamadas bárbaras, invasoras do território que equivaleria à atual Europa Ocidental. Na época, como se sabe, era parte do Império Romano, que desaparece de sena na altura do século V. Basicamente, a sedimentação em apreço dá-se em decorrência de sua conversão ao cristianismo.

Quando esta ocorre, do século IX à metade do século X tem lugar um segundo ciclo de invasões. Desta vez, efetivado por outros personagens, afinal vencidos, entre a segunda metade do século X e o século XI, seguindo-se a sua incorporação à nova civilização cristã.

Dos séculos XII ao XIV floresce plenamente a chamada Idade Média européia. Pode-se tomar como referência os anos 1175-1244, período da vida de Miguel Scot, como sendo aquele em que os textos gregos são traduzidos ao latim e reintroduz-se a discussão do pensamento antigo entre os cristãos.

O conhecimento do pensamento grego antigo começa pelos livros relacionados à medicina clássica (Hipócrates e Galeno). Segue-se a tradução das obras de caráter científico, preservadas no Museu de Alexandria e também de eruditos árabes que dão a conhecer o número arábico, conhecimento esse essencial ao futuro desenvolvimento, no Ocidente, do cálculo matemático.

A par do conhecimento das obras relacionadas à ciência antiga, igualmente tem lugar a tradução da obra filosófica de Aristóteles. A descoberta compreende também autores romanos que irão dar notícia do

direito e da política. Ainda no século XII, inicia-se, na Itália, a formação das primeiras universidades, onde tem lugar o estudo sistemático do direito romano que viria a produzir grande impacto, progressivamente adotado em substituição ao direito consuetudinário vigente. O impacto das instituições políticas romanas seria muito posterior.

Quanto à filosofia aristotélica, desde logo teria lugar a sua interpretação segundo cânones cristãos, o que a tornaria dominante durante vários séculos.

b) O essencial do legado grego

A Cronologia destaca o que se convencionou denominar de **milagre grego**. Com efeito, num período considerado curto em termos históricos, da ordem de século e meio, atribuiu-se à cultura uma determinada configuração que acabaria sendo tomada por base para erigir-se a cultura

ocidental. A esse propósito, cumpre desde logo advertir que não tem cabimento a suposição de que os gregos nos teriam legado o saber em sua totalidade. Na verdade, em termos de conteúdo, em que pese tenha adotado a denominação e a própria classificação legada pelos gregos, a cultura ocidental é de todo original.

O legado grego proporcionou-nos a compreensão de que o espírito humano é capaz de abstrair-se tanto da realidade como de aspectos do pensamento que não considere essenciais. A isto precisamente corresponde o processo de elaboração conceitual. Quanto ao modo de operá-lo, proporcionaram um método (chamado socrático, para consignar o autor, Sócrates, 470-399 a. C) que seria substituído tanto na Idade Média como na Época Moderna.

Na Grécia formulou-se uma primeira classificação dos tipos de saber. A idéia central seria consignar a distinção entre o que a modernidade iria denominar de **saber especulativo** --que comporta diversidade de pontos de vistas e hipóteses -- do conhecimento científico, de validade universal. A par disto, cultivaram diversas disciplinas, cuja denominação seria preservada, como filosofia; lógica ; ética; política; medicina, etc. No que respeita à política, surgiram no Ocidente várias fantasias acerca da democracia ateniense, razão pela qual tornou-se tema relevante. Os gregos criaram também diversos tipos de manifestação artística, como a tragédia, a poesia, a escultura, etc. Na tragédia, produziram textos imorredouros, tomados como inspiração por expressivos autores modernos. A escultura também exerceu grande influência no Ocidente. A investigação das presumíveis causas do surgimento do chamado **milagre grego** produziu diversos estudos, em geral procurando relacioná-las às reformas que ali tiveram lugar. No essencial essas reformas terminaram por enfraquecer o poder da **família patriarcal**, justamente o que estabeleceu a diferenciação entre a Grécia e seus vizinhos, na Antiguidade. Tenha-se presente que a sobrevivência dessa estrutura social perpetuou o atraso (caso do Afeganistão, por exemplo), Na época, as famílias compreendiam mais de uma geração vivendo sob a direção do patriarca, justamente a figura que, na condição de **cidadão** detinha os poderes econômico e político. Na Grécia Antiga, os estrangeiros eram denominados de **bárbaros**. Essa nomenclatura explica que a tivessem merecido as invasões de outros povos, evidenciando que não dizia respeito a nível cultural.

b) O essencial do legado romano

O direito romano foi adotado como modelo na maioria dos países ocidentais. Os anglo-saxões preservaram o direito consuetudinário. O processo de formação do direito romano e suas características essenciais são apresentadas em Anexo. Em matéria de política, durante a Revolução

Francesa algumas das criações romanas chegaram a incendiar a imaginação de muitos líderes. Assim por exemplo, a idéia de que a organização do Império pode (ou deve) ser precedida da figura que se chamou de **Cônsul** chegou a ser adotada. É nessa fase que se toma conhecimento da existência do **Senado**, como câmara revisora ou para proporcionar acesso ao Legislativo de entes da federação, nessa última forma incorporada ao governo representativo pela Revolução Americana. Maiores detalhes da configuração de suas instituições políticas são indicadas em Anexo. Repetindo a tradição dos impérios orientais, que conhecia por integrarem o arco de suas guerras de conquista, preservou a instauração de uma religião de Estado. Por sua relevância (e caráter conflituoso) na história do Ocidente, é igualmente considerado, em Anexo, o que seria relevante nessa matéria.

A N E X O S

1. O direito romano

Reza a tradição que por volta do século sexto antes de nossa era tiveram lugar grandes lutas entre patrícios e plebeus, durante as quais estes lograram diversas conquistas entre as quais o **tribunus**, que originalmente era o magistrado romano incumbido da defesa dos direitos de determinada comunidade. Subseqüentemente, o Senado foi instado a redigir as leis comuns a patrícios e plebeus, que teriam sido gravadas em 12 placas de bronze. Esse documento passou às histórias com o nome de **Lei das Doze Tábuas**.

Sob Adriano (1) deu-se início ao trabalho dos jurisconsultos, especialistas incumbidos de ordenar os milhares de textos jurídicos acumulados pela experiência de muitos séculos a ser acrescido à **Lei das Doze Tábuas**. Tais textos consistiam não somente das leis regularmente aprovadas mas também dos decretos imperiais e, sobretudo, dos éditos dos pretores, vale dizer, do que modernamente chamaríamos de jurisprudência, já que os pretores eram uma espécie de juízes. Essa codificação teve continuidade até o século VI, conjunto que corresponde ao **direito romano**.

O direito romano, além de criação original, revelou ser uma ordenação a bem dizer perene desse aspecto da vida social e sua estruturação em forma considerada definitiva. Os romanos criaram o direito civil (**jus civile**), inicialmente entendido como adstrito aos romanos. Em contato com outros povos e esbarrando com costumes e práticas diversas, dá-se maior universalidade àqueles princípios, ao mesmo tempo em que são lançadas as bases, através do **jus gentium**, tanto do **direito privado das gentes** como o primeiro núcleo do Direito Internacional Privado. Embora

sem desprender-se da experiência concreta como viria a ocorrer nas discussões subseqüentes, também está presente a idéia do direito natural.

2. As instituições políticas

Originariamente, as instituições políticas de Roma guardavam certas semelhanças com as que se organizaram nas cidades-estado gregas. Assim, além do mandatário do Estado, existia um conselho constituído pelos chefes das grandes famílias, que se chamava Senado. A chefia do Estado, exercida hereditariamente, veio a ser alterada, transferindo-se a órgãos eletivos e múltiplos (o Consulado e outras instâncias denominadas magistraturas). O cônsul e os magistrados eram em geral recrutados entre os membros das principais famílias e gozavam de muito prestígio.

Admite-se que, paralelamente a essa estrutura de feição aristocrática, organizou-se uma outra de base democrática. Assim, assembleias de diversos grupos sociais (comícios) elegiam **tribunos**, espécie de representantes (originariamente com atribuições de **protetor**) junto às instituições tradicionais.

Do mesmo modo que na Grécia, a condição de cidadão não alcançava a todos. Contudo, considera-se que, em Roma, o acesso veio a ser mais fácil, assegurados os direitos de cidadãos aos que se dispunham a formar colônias nas regiões conquistadas, independente de pertencerem ou não aos patrícios (denominação atribuída a essa classe social, enquanto os romanos não proprietários chamavam-se plebeus). Mesmo em relação aos povos vencidos, muitas das prerrogativas dos cidadãos seriam facultadas a diversas pessoas. Nas fases iniciais das guerras de conquista, a tropa era recrutada entre os cidadãos. Com o prolongamento das lutas e o aumento dos efetivos, as camadas mais baixas foram incorporadas a esse serviço. A chefia da legião, de feição transitória, foi se tornando cada vez mais prolongada.

Com a dispersão dos cidadãos pelo Império, as assembleias acabaram caindo em desuso. Na medida em que se consolida o Império, o **tribuno** torna-se um título honorífico, sendo de nomeação do Senado ou diretamente do Imperador.

Sob o Império, os poderes do Senado vêm-se sucessivamente reduzidos. Passam diretamente ao Imperador os assuntos financeiros e a política externa. Grande parte das províncias são administradas sob a direção do Imperador e só parte delas continua subordinada aos senadores.

O ponto fraco das instituições imperiais consistia na incerteza em matéria de sucessão. Os cinco primeiros imperadores pertenciam à mesma família. Com as guerras civis que se seguiram à morte do último daqueles dignitários (Nero, em 68), ascende ao poder um general (Vespasiano) que

não pertencia às velhas famílias, não obstante o que consegue transmiti-lo a seus descendentes. Por fim, prevalece o princípio que consagra ao governante o poder de designar o seu sucessor.

3. A religião de Estado

A religião romana originária mesclou-se mais tarde aos deuses gregos. Na tradição própria, havia grande quantidade de divindades, muitas requerendo rituais e cerimônias específicas. Na medida em que se estabelece a dominação romana no Mediterrâneo e se estreitam os laços com a cultura grega, dá-se paulatina aproximação dos deuses romanos aos gregos (Júpiter a Zeus; Marte a Ares; Juno a Hera; Vênus a Afrodite e assim por diante).

A religião subdivide-se em dois grandes troncos, sendo o primeiro a doméstica. Esta consiste no culto dos ancestrais, mas também de divindades ligadas à casa. Os rituais eram rígidos e rigorosamente respeitados porquanto se achava muito difundida a crença de que, se o culto dos ancestrais fosse negligenciado, poderiam atormentar a vida das pessoas vestidos de fantasmas. Os deuses da casa eram comuns a várias famílias (**Janus**, deus da porta; **Penates**, do guarda-comida; **Vesta**, da chama da lareira, e **Lar**, a deusa da propriedade) e alguns foram mesmo elevados à condição de deus nacional. **Janus** tornou-se deus de uma das portas de Roma; **Vesta** mereceu um templo no Forum, etc.

O segundo tronco correspondia à religião de Estado. Nisto, a tradição romana distingue-se grandemente da grega. As cidades-estado gregas tinham seus próprios deuses, que podiam até mesmo enfrentar-se em determinadas circunstâncias. Havia concomitantemente cultos gerais, como o de Apolo, mas estes nada tinham a ver com o que nos legou Roma Antiga.

O chefe do Estado romano tinha obrigações perante determinados deuses, equivalentes às dos patriarcas em relação às divindades familiares.

Para assessorá-lo nesse mister, dispunha de um grupo de sacerdotes. Dentre os sacerdotes destacaram-se os **pontífices**, aos quais incumbia a elaboração do calendário religioso e de sua observância. Desse grupo emergiu o **Grande Pontífice**, função que acabaria sendo atribuída ao próprio Imperador.

A existência de uma religião oficial, situada acima das outras tradições, levou a que fosse colocada a seu serviço o próprio aparelho estatal. Envolvendo a crença religiosa certa dose de intolerância dogmática, a tendência a bem dizer natural consistia em promover a repressão aos cultos divergentes, erigindo a disputa religiosa ao nível de uma questão de Estado. Em nome desse princípio é que foram perseguidas as religiões

orientais e o próprio judaísmo, bem como os cristãos em épocas tardias do Império.

A mencionada característica distintiva da religião romana marcou de modo definitivo o catolicismo. Em que pese o grande papel civilizatório desempenhado pelo cristianismo, na fase subsequente às invasões bárbaras, envolveu-se, desde logo, na disputa pelo poder terreno, de que resultariam grandes surtos de intolerância e repressão, como é o caso da Inquisição.

NOTAS

(1) Imperador romano nascido no ano 76 de nossa era. Reinou de 117 a 138. Ainda que seja considerado como dotado de erudição e grande estimulador das artes e da indústria, sendo admirador da cultura grega, foi no seu reinado que os romanos destruíram em definitivo a civilização judaica na Palestina.

(2) Cf. Miguel Reale. "Concreção de fato, valor e norma do Direito Romano Clássico", in Horizontes do Direito e da História, 2ª ed. São Paulo, Saraiva, 1977, pp. 55-74.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR RELATIVA À GRÉCIA ANTIGA

O que era de fato a democracia grega

O estudo clássico é da autoria de sir Ernst Baker (1874/1960), que foi professor em Oxford e dirigiu o famoso King's College, de Londres. Ainda que haja sempre insistido em que lidava com o pensamento político e não diretamente com a prática, corresponde a referência obrigatória. O texto mais notável de sir Ernst Baker intitula-se *Teoria Política Grega*, dedicada à obra de Platão. Segue-se a edição comentada de *APolítica*, de Aristóteles. Tratou especificamente do tema da democracia antiga em diversos ensaios, com a modéstia que o caracterizava desculpando-se por não haver tratado com a mesma profundidade os autores romanos. Em suma, trata-se de uma contribuição essencial e definitiva à adequada compreensão do assunto.

O eminente estudioso comprovou o acerto da opinião vigente no século XVIII – como se pode ver, por exemplo, da obra de Montesquieu – segundo a qual o método democrático, para os atenienses, era o sorteio. A eleição era considerada como aristocrática. Recorda que, em conformidade

com os comentários de Aristóteles à Constituição de Atenas, "a maior parte dos funcionários governamentais eram designados por sorteio". Refere também o conjunto de mecanismos utilizados para avaliar o seu desempenho a fim de que fossem os escolhidos, por aquela modalidade, mantidos na função que exerciam. A ágora (Assembléia) elegia tão somente os generais, entre estes o que deveria liderá-los, e os encarregados dos assuntos financeiros. Dado o significado de que se revestia a defesa, para a sobrevivência da Cidade-Estado, do mesmo modo que a boa saúde financeira, o poder de que dispunha a Assembléia era certamente significativo. Entretanto, isto, por si só, não permite que se invoque o exemplo de democracia direta, a ser seguido, que Atenas representaria.

Outro aspecto que impede qualquer idealização da democracia ateniense diz respeito ao direito de voto. Ernst Baker assinala que Aristóteles aprova-o na medida em que prevaleça a vontade da maioria, "mas que seja uma maioria de indivíduos que também sejam proprietários da maioria dos bens materiais". Estando as mulheres excluídas do mesmo modo que os escravos, os que participavam da Assembléia eram de fato uma elite, ainda que numerosa, sem dúvida.(1)

Além disto, os assuntos submetidos à sua deliberação eram filtrados, aspecto que, assinalado pelo mestre inglês, viria a ser aprofundado na obra adiante referida.

No que se refere ao funcionamento das instituições atenienses, isto é, da experiência concreta que não foi objeto de estudo da parte de Ernst Baker, dispõe-se de análises fartamente documentadas. Aham-se mencionadas na obra *Príncipes du gouvernement représentatif* (Paris, Flammarion, 1996), de Bernard Manin.

Vamos preceder a transcrição, de suas indicações, daquelas contidas na monumental obra do estudioso dinamarquês M. H. Hansen. Em seis volumes, acha-se dedicada à vida política ateniense no século IV, por considerar mais abundante a documentação disponível, mas destacando os traços surgidos na centúria anterior. (2)

A administração propriamente dita, equivalente ao que em nosso tempo corresponderia ao Executivo, ficava a cargo de 700 magistrados, 600 dos quais providos por sorteio. Os vencedores deveriam entretanto atender a determinadas qualificações, geralmente simples formalidade. Em contrapartida, havia todo o rigor no exame da prestação de contas. Estavam sujeitos aos tribunais em caso de queixas dos cidadãos. Como os pretendentes deviam apresentar-se para o sorteio, as exigências enumeradas reduziam substancialmente o número de candidaturas.

Esse primeiro grupo cujos membros eram denominados magistrados, não exercia poder político maior. Antes de tudo, eram, administradores e executivos. Instruíam os dossiers, com base nos quais as instâncias que

decidiam traçavam as tarefas que lhes incumbia realizar. O poder de tomar decisões achava-se distribuído em outras instâncias.

No plano administrativo, o poder supremo era constituído por um órgão denominado de Conselho (*Boulé*) adiante caracterizado. No que respeita às leis de carácter geral, a decisão ficava a cargo da Assembléia.

Porem, grande parte da matéria submetida à sua consideração destinava-se apenas a ser ratificada, como também se referirá adiante. Em suma, os magistrados tinham poder limitado.

Acima das magistraturas incumbidas da administração encontrava-se o Conselho, que contava com 500 membros igualmente selecionados por sorteio. Os candidatos deveriam ter mais de trinta anos e, no curso da vida, somente poderiam integrá-lo por duas vezes. Dispunha de uma série de privilégios, entre os quais a exclusividade no julgamento de seus próprios membros. Cada uma das 139 circunscrições com que contava Atenas (chamadas de *demes*) (3) sorteava candidatos a ocupar os cargos a que tinham direito na instituição.

O Conselho era a mais alta magistratura, cabendo-lhe selecionar e instruir as questões a serem submetidas à Assembléia, no que dizia respeito à administração. Alguns desses projetos eram encaminhados em forma conclusiva. Estima-se que metade das decisões da Assembléia constituíam simples referendos de disposições do Conselho.

Este tinha a incumbência de representar a cidade, recebendo as embaixadas estrangeiras. Exercia igualmente importantes funções militares, inclusive a administração da frota marítima que constituía a expressão máxima do poderio militar de Atenas. Também controlava os administradores, razão pela qual ocupava uma posição central no governo ateniense.

Contudo, dispunha de maior relevância na vida da cidade um grupo social, também escolhido por sorteio, denominado de *heliastes*. Os candidatos ao sorteio tinham não apenas que ser maiores de trinta anos como dispor de algum reconhecimento em matéria de conhecimento das tradições constitucionais da Cidade porquanto incumbia-lhes atuar tanto como juizes como instância política.

Considerados mais sábios e dotados de maior experiência, tinham a prerrogativa de decidir questões submetidas à Assembléia sempre que estivessem referidas à aplicação da justiça em matérias das quais inexistia jurisprudência. Neste grupo social considerado superior é que se recrutava, também por sorteio, os membros dos tribunais populares.

Os tribunais populares enfeixavam grande soma de poder. Em realidade, exerciam funções políticas decisivas. Sendo os litígios privados resolvidos por arbitragem, a intervenção dos tribunais somente ocorria quando uma das partes recorria da decisão do árbitro. Também diversos crimes comuns eram da alçada de outras instituições, razão pela qual só

intervinham quando havia recurso. Em tais circunstâncias, os processos políticos ocupavam o lugar central em sua atuação.

Quando os cidadãos alegavam que uma lei aprovada pela assembleia era ilegal, o tribunal popular a que recorria tinha o poder de suspender a sua vigência de imediato e de revogá-la em definitivo caso aprovasse a alegação. Assinale-se que esse tipo de ação era freqüente.

Deste modo, um órgão formado por sorteio exercia controle político sobre atos da Assembleia.

Além de revogar uma disposição da Assembleia, o tribunal popular dispunha da prerrogativa de punir o autor da proposição em causa, multando-o ou privando-o de seus direitos políticos. As multas variavam desde valores simbólicos até somas vultosas que podiam afetar o patrimônio do condenado. O tribunal também podia punir o autor de uma ação considerada leviana.

O poder dos tribunais alcançava os eleitos pela Assembleia, figuras que dispunham de grande poder devido á relevância de seu papel para a sobrevivência da cidade. Eram, de um lado, responsáveis pela defesa, numa circunstância em que a possibilidade de invasão externa era de todo patente, além do imperativo de constituir alianças, mantê-las ou ter que refaze-las. De outro, responsáveis pela saúde financeira da cidade. Em que pese tratar-se de figuras centrais, os tribunais podiam puni-los e o fizeram em sucessivas oportunidades. Assim, por exemplo, na Guerra do Peloponeso, acusados de corrupção, os generais vencedores da batalha de Aginuses foram condenados à morte. Comprovou-se que não haviam recolhido aos cofres da cidade os bens confiscados aos vencidos. Violaram também um princípio sagrado: deixaram de enterrar solenemente aos mortos em combate, como prescrevia a tradição.

Era ainda de sua alçada, julgar as acusações contra titulares de funções administrativas (magistrados).

Por tudo isto, os tribunais populares, integrados por figuras respeitáveis da comunidade, eram uma instância moral disciplinadora do funcionamento da Assembleia. Ao contrário da votação aberta adotada por esta última, nos tribunais a votação era secreta.

Outro fator a ser considerado no estudo da democracia ateniense – notadamente quando se imagina que poderia fornecer modelo alternativo à nossa democracia representativa – é a circunstância de se haver formado uma elite que se destacava pela iniciativa nas proposições. Eram designados de forma que consideraríamos bizarra ("aquele ateniense que o deseja entre os que têm o direito") mas correspondiam a uma figura essencial àquele sistema. Escreve Manin: "Sem dúvida, somente uma pequena minoria ousava tomar da palavra no seio da Assembleia a fim de fazer proposições; a grande maioria dos participantes limitava-se a escutar e votar. Um processo de auto-seleção limitava o número daqueles que

tomavam iniciativas. Mas o princípio de que todos tinham idêntica possibilidade de submeter uma proposição a seus concidadãos e, mais amplamente, de usar da palavra diante deles constituía um dos ideais supremos da democracia”.(4)

Depois de descrever como de fato funcionava a democracia ateniense, desde a própria Assembléia, geralmente focalizada quase que com exclusividade, até as diversas instituições escolhidas por sorteio, Manin avança a seguinte conclusão: "Quando se distingue hoje a democracia representativa da democracia direta imagina-se com freqüência que na segunda todos os poderes políticos importantes eram exercidos pelo povo reunido em assembléia. Exame um pouco mais detalhado do sistema institucional ateniense mostra que essa imagem é falsa. Além das próprias magistraturas, o Conselho, os tribunais populares e os *heliastes*, três órgãos distintos da assembléia do povo, desempenham papel político de primeiro plano. Os tribunais populares e o Conselho devem merecer particular atenção. Ambas as instituições desempenham um papel essencial durante toda a história da democracia ateniense. Certos poderes políticos dos tribunais faziam claramente parte daquilo que poderia ser considerado como poder supremo (*Kyrion*), em particular seu direito de revogar decisões da Assembléia”.

NOTAS

(1) Estima-se que os cidadãos, vale dizer, a classe proprietária, com direito a voto, deveria oscilar em torno de trinta mil, devendo comparecer às reuniões pelo menos vinte por cento, ou seja, seis mil. Os presentes votavam erguendo a mão ou abstendo-se de fazê-lo. A apuração dos resultados nada tinha de rigorosa.

(2) O autor preparou uma versão resumida, em inglês (*The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes*, Blackwell, Oxford, 1991), mais tarde traduzida ao francês (1993; ed. Belles Lettre).

(3) *Demes* é a denominação de uma das estruturas criadas por Clístenes, em 507, com o propósito de reduzir o poder das grandes famílias. Dissolveu a estas últimas substituindo-as por dez "tribos" compostas a partir de uma base territorial sem referência às relações sanguíneas e, no interior destas, pequenas unidades (justamente as *demes*) idênticas no tamanho.

(4)Obra citada, ed. cit., p. 29.

(5)Idem p. 39.

OS POEMAS HOMÉRICOS

Ilíada

São atribuídos a Homero dois extensos poemas denominados de *Ilíada* e *Odisséia*. O primeiro contém a caracterização dos traços fundamentais da religião cultuada na época e o relato da guerra de Tróia. O segundo descreve os percalços do regresso à terra natal de um dos principais heróis daquela guerra, Ulisses.

A Grécia era então habitada pelos aqueus (que teriam chegado à região, provenientes da Europa Central, no século XV antes de Cristo). A guerra de Tróia teria ocorrido por volta do século XIII. A civilização dos aqueus foi denominada de micênica, pelo fato de que se denominava Micenas a capital daquele lendário período. Decorrido pelo menos um século, provavelmente no século XII, começam as invasões dóricas, que dão início à civilização onde surgiu a Grécia Clássica, na altura do século V. Seria no curso da fixação dos dóricos que se efetivaria a transcrição dos poemas homéricos até então preservados como tradição oral. A data provável em que teria havido essa transcrição também é objeto de controvérsia. Alguns estudiosos a situam nos séculos IX ou VIII. Outros entendem que o mais provável é que haja ocorrido na fase que precedeu imediatamente o período clássico, entre 550 e 500.

Sobre a personalidade do autor sabe-se muito pouco. A tradição consiste em supor que Homero seria o responsável pela versão das histórias que o Ocidente chamou de “mitologia grega”. Teria vivido no século VIII ou no século VI, segundo seja a data aceita como sendo a da transcrição. Faz parte da lenda a hipótese de que, ainda velho, erraria de cidade em cidade declamando seus versos. O certo é que se incorporaram à cultura grega, sendo recitados em ocasiões solenes e ensinados às crianças. As figuras marcantes da obra incendiaram a imaginação dos grandes dramaturgos clássicos, situados no século V (Ésquilo, Sófocles e Eurípedes), o que lhes asseguraria lugar de honra na cultura clássica européia. A *Ilíada* compõe-se de 24 extensos poemas, denominados de *cantos*. Talvez em decorrência dos prazos dilatados transcorridos entre os acontecimentos e sua transcrição, as diversas gerações que preservaram oralmente a sua memória teriam introduzido digressões que tangenciam o objeto do relato. Acresce a circunstância de que os deuses da religião da época são apresentados como participantes ativos dos acontecimentos históricos, tomando partido em favor de uma ou outra das facções ou personalidades, influenciando no desfecho das ações.

Um dos principais estudiosos da cultura grega, Carlos Alberto Nunes, que não só traduziu os poemas homéricos como os diálogos de Platão, deu vários exemplos dessa descontinuidade do relato. A

consolidação, como diz, baseou-se, “em copioso material preexistente”, que entende como sendo constituído de “poemas de menores proporções, sagas, mitos de origem variada, que iam sendo incorporados a conjuntos cada vez mais amplos” (“A questão homérica”, introdução à tradução de *Ilíada*, Rio de Janeiro, Ediouro, 6ª edição, 1996, p. 10). Assim, há edições que, sem violar o espírito da obra, expurgam as digressões para obter um texto contínuo.

Segundo o relato, a guerra de Tróia foi provocada pelo fato de que Páris, filho de Priamo, rei de Tróia, seduziu a Helena, mulher de Menelau, rei de Argos, e a levou para Tróia. Argos situa-se no Peloponeso e supõe-se que ocupava uma posição de grande relevância na civilização da época. No poema, Tróia é destruída. Não se sabendo se por isto ou em decorrência apenas de catástrofes naturais, o certo é que o local em que estaria situada somente veio a ser fixado no século XIX. Ficaria onde se encontra a cidade turca de Hasarlik, no estreito de Dardanelos.

Para reparar a ofensa, os aqueus organizam uma poderosa expedição de que participam todas as cidades e centros em que se subdividia a região. O comandante da expedição é Agamenon, irmão de Menelau. Do lado aqueano, além dos mencionados, os grandes heróis são Aquiles, filho de uma deusa (Tétis, deusa do mar) e Ulisses (Odisseu, em grego), filho de Laertes, rei da Ítaca, marido de Penélope. Do lado troiano, Heitor, filho de Priamo. Todos tornaram-se personagens familiares à cultura ocidental.

A guerra dura vários anos, sobretudo porque, quando se aproxima do desfecho dos combates, uma das divindades interfere em favor do lado de sua preferência, na eventualidade de que esteja em vias de ser derrotado. Por essa razão também fracassam as tentativas de resolver o conflito com uma disputa entre Menelau, o ofendido, e Páris, o ofensor, do mesmo modo que o enfrentamento subsequente entre Heitor e um dos guerreiros aqueus. A proposta de que Páris devolva Helena é recusada. Finalmente, graças ao engenho de Ulisses, guerreiros aqueus são introduzidos na cidade, escondidos num cavalo de madeira.

Formalmente, a *Ilíada* pretende relatar a disputa entre Agamenon e Aquiles, bem como a sua reconciliação, permitindo que o último retorne ao combate, quando mata Heitor. Os últimos cantos (XXII a XXIV) estão dedicados ao embate entre os dois heróis e à negociação, com Priamo, a que os deuses obrigam Aquiles, em prol da devolução aos troianos do cadáver de Heitor. Segundo a mitologia, a religião da época afirmava que o morto, ao qual não se prestasse as devidas homenagens fúnebres, ficava vagando sem conseguir penetrar no mundo dos mortos (Hades). A ira de Aquiles decorre do fato de que Heitor matara, em combate, ao seu meio irmão Pátrocolo. No canto XXII, a alma deste revela a Aquiles que encontrará a morte antes do fim da guerra. Muitas das lacunas deixadas pela *Ilíada*, quanto ao encadeamento da guerra e seu término, acabaram

sendo preenchidas pela *Odisséia*.

Odisséia

Do mesmo modo que a *Ilíada*, a *Odisséia* subdivide-se em Cantos. Ainda que esta última tenha por objeto o regresso, à sua terra natal (Ítaca), de Ulisses (Odisseu, em grego), um dos principais heróis da guerra de Tróia (objeto do primeiro livro), as duas obras são complementares. A *Ilíada* trata de um incidente relacionado àquele conflito e o deixa inconcluso. O desfecho seria proporcionado por uma iniciativa de Ulisses. Consistiu em construir um grande cavalo de madeira, no seu interior esconder guerreiros gregos e simular a retirada dos navios, fazendo crer que estariam regressando à Grécia. Os troianos introduziram o cavalo no interior da muralha, permitindo aos gregos destruir a cidade, e conquistar a vitória. Toda essa trama não figura na *Ilíada* mas na *Odisséia*. É referida uma primeira vez no Canto VII, por um cancionero (Demódoco) e, depois, pelo próprio Ulisses (Canto XI).

Nesse canto, quando Ulisses visita Hades (local onde se encontram as alma dos mortos) fica-se sabendo da morte de muitos dos participantes da guerra de Tróia, entre estes Aquiles. Também o relato da sorte de Agamenon, comandante das tropas que, de regresso à Grécia, foi morto pelo amante da mulher, figura na *Odisséia*. A história de Agamenon e descendência, presente na tragédia grega, foi amplamente popularizada no Ocidente.

Os primeiros Cantos passam-se em Ítaca. São transcorridos quase vinte anos e Ulisses acha-se desaparecido. Os pretendentes a casar-se com Penélope, sua mulher, supostamente viúva, ocupam a propriedade e levam uma vida farta, delapidando o seu patrimônio. Penélope promete uma decisão quando terminar de tecer uma peça. Mas consegue protelá-la indefinidamente desde que desmancha à noite os progressos diurnos. O filho (Telemâco), por iniciativa da deusa Atenas, visita os vizinhos em busca de notícias de Ulisses. Atenas decide intervir junto a Zeus no sentido de fazer cessar a ação das outras divindades que têm impedido o regresso de Ulisses.

O relato da odisséia de Ulisses começa no Canto V. São peripécias fantásticas. Há uma deusa que, desejando-o para amante, consegue enfeitiçá-lo, retendo-o numa ilha. Aporta em outro local onde há um gigante de um olho só. Ulisses consegue embebedá-lo, cegando-o com uma tocha encandescente.

Carlos Alberto Nunes, grande conhecedor da cultura grega, tradutor dos dois poemas, acha que, pelo núcleo central de sua história, a *Odisséia* carece de especificidade. Como que seria a invenção de eventos extraordinários, presentes à fantasia dos marinheiros nos diversos ciclos

históricos. Contudo, do mesmo modo que a *Ilíada*, constitui uma fonte inspiradora da cultura clássica grega do século V, que se transformou numa espécie de marca registrada daquela civilização.

A partir do Canto XVI aparecem os incidentes relacionados ao regresso de Ulisses a Ítaca. Disfarçado, somente deixa-se reconhecer pelo filho. Faz chegar a Penélope a sugestão de tomar por critério para a escolha do pretendente a capacidade de vergar um arco, que lhe pertencera, tornando-o apto a desfechar flechas. Como esperava, nenhum dos pretendentes consegue fazê-lo. Chegando a sua vez, Ulisses flexiona o arco e usa-o como arma para matar aos pretendentes. Penélope reluta em reconhecê-lo mas afinal se convence.

No Canto seguinte à morte dos pretendentes (Canto XXIV), a preocupação de Ulisses é obter a compreensão do pai, Laertes, já que sua reação trazia a ameaça de guerra civil, que somente por Laertes poderia ser conduzida, em que pese a sua idade. Esse relato torna patente que, na época descrita, a família patriarcal correspondia ao tipo existente de organização familiar. O conhecido sociólogo norte-americano, Robert Nisbet, no livro *Os filósofos sociais*, (tradução brasileira pela Editora UnB (Coleção Pensamento Político; vol. 59) defende a tese de que a existência do chamado “milagre grego” – isto é, o extraordinário florescimento cultural do século V e parte do IV – somente existiu porque o poder da família patriarcal veio a ser enfraquecido pelas reformas introduzidas no final do século VI. Essa opinião parece muito pertinente, a julgar pela estagnação em que mergulharam muitas sociedades vizinhas da Grécia – caso do Afeganistão, por exemplo – sendo que a família patriarcal ali sobreviveu até os nossos dias.

Depois de havê-lo sondado e não sendo reconhecido, Ulisses afinal dá-se a conhecer e diz-lhe, com certa apreensão: “matei os pretendentes em nossa casa; vingando os crimes por eles cometidos, vinguei minha honra”.

Depois de banhado e ungido em óleo, Laertes, antes alquebrado, está “semelhante aos deuses imortais” e logo fala do tempo em que, à frente de seu exército, realizou grandes feitos. Assume plenamente a condição de patriarca da família e ocupa o seu posto na ameaça de guerra civil, que se esboça no final do Canto, mas não chega a consumir-se.

A guerra do Peloponeso

A guerra do Peloponeso travou-se entre a Liga Ateniense e a Liga do Peloponeso, cabendo a liderança da primeira a Atenas e, a da segunda, a Esparta. A Grécia nunca chegou a constituir-se como uma nação, segundo o entendimento ocidental desde a Época Moderna. Estruturava-se na forma de cidades-Estado. A praxe da aliança entre as cidades dá-se em função da necessidade de enfrentar as invasões persas. Estas tiveram início em 490 e

prolongaram-se durante 41 anos. Em 449, os persas renunciam à dominação sobre o mar Egeu e restituem a independência às colônias gregas da Ásia Menor.

Parte da liderança ateniense entendia que era essencial manter a aliança cimentada na luta contra os persas. Atenas firmara-se como uma potência marítima, voltada sobretudo para o comércio. Seus interesses eram sobretudo externos e não entravam em conflito com Esparta, que era reconhecida como potência terrestre, baseada na agricultura. Tais características refletiam-se na feição assumida por sua organização militar. Atenas destacava-se nos combates marítimos enquanto Esparta o fazia na guerra terrestre.

Com a derrota dos persas e a ausência de um fator externo motivador da cooperação, o equilíbrio entre os dois blocos tornou-se precário. A nova liderança emergente em Atenas, na qual destacava-se Péricles (495/429) – que passa a governar a partir de 461 – progressivamente constitui novas alianças, conhecida como Confederação de Delfos, que incluía inimigos de Esparta. As duas potências confrontam-se entre 457 e 451, quando se patenteia a superioridade de Atenas nos combates marítimos e a de Esparta nos terrestres. Na impossibilidade de dirimir o conflito pela força, firma-se um acordo que seria para manter o que se denominou de Trégua de Cinco Anos, rompida com novos incidentes, dos quais se origina um Tratado de Paz, negociado e firmado em 446/445, com vigência fixada em 30 anos. A trégua era precária e instável.

A guerra do Peloponeso eclode em 431 e ocorre com intensidade durante os dez primeiros anos, sem proporcionar qualquer desfecho. Em 421, firma-se a chamada Paz de Nícias, logo violada, reiniciando-se os conflitos em 418, que se prolongam nos anos imediatos sem alterar o quadro de equilíbrio instável. Em 413, os atenienses abrem uma nova frente invadindo a Sicília. Essa expedição redundou em fracasso (411). Ainda assim, Atenas obteve uma expressiva vitória contra Esparta em 410, que se decide por pedir a paz, pedido recusado por Atenas.

Embora no confronto subsequente obtenha algumas vitórias, em 406 a frota ateniense é dizimada.

Em 404 é negociada a rendição de Atenas. Começa o ciclo de domínio de Esparta.

O livro de Tucídides contém um relato circunstanciado do conflito até a derrota na Sicília em 411. Subdivide-se em oito livros, com variado número de capítulos. No Livro I, o autor busca estabelecer os antecedentes que considera mais relevantes, as causas imediatas da guerra e ainda a declaração de guerra enunciada por Péricles. O livro II está dedicado aos dez anos iniciais da guerra. Os subsequentes tratam dos períodos de trégua e da retomada das ações militares. O último livro (VIII) ocupa-se da expedição à Sicília e dos eventos que de imediato lhe seguiram.

Na opinião de Hélio Jaguaribe, renomado cientista político que se tem dedicado à história, Tucídides pode ser considerado como o primeiro historiador moderno, por achar-se empenhado na obtenção de um relato objetivo dos fatos, buscando ainda interpretar as motivações e também explicar as circunstâncias que condicionam os eventos que narra. Além disto, considerá-lo que pode ser classificado como o primeiro analista crítico das relações internacionais.

V. FILMOGRAFIA RELATIVA À GRÉCIA E ROMA ANTIGAS

Ulisses

Filme italiano de 1954, direção de Mario Camerini. Tornou-se a versão clássica com a interpretação de Kirk Douglas (Ulisses) e Silvana Mangano (Penélope). Tempo de exibição: 130 minutos.

Segundo se referiu, Ulisses é o personagem central de um dos dois livros de Homero (*Odisséia*).

A época em que transcorrem os acontecimentos ali relatados corresponde à parte final do segundo milênio antes de Cristo. A *Ilíada* trata da Guerra de Tróia e a *Odisséia* da volta à Magna Grécia de Ulisses, vencedor daquela guerra. A obra sobreviveu como simples tradição oral, sendo transcrita entre 550 a 500 a.C.

No relato homérico os deuses participam ativamente da vida da comunidade. Os livros são, por isto mesmo, o testemunho da feição de que então se revestia a religião grega.

A obra de Homero tem um grande interesse cultural porquanto inaugura um tipo de composição literária: a poesia épica. Além disto, iria inspirar os grandes nomes da tragédia grega, que constitui um marco fundamental da cultura em geral. É também uma fonte para o conhecimento da vida na Grécia no período considerado.

Na precedente caracterização da Grécia Antiga, chamamos a atenção para o fato de que o elemento básico da sociedade, até as reformas de Clístenes, iniciadas em 507 a.C., era a família patriarcal. Esse tipo de organização social estava fadado a freiar todo progresso, admitindo-se que sem a quebra daquele poder não poderia ter havido o florescimento cultural do século V.

Também do ângulo da presença da família patriarcal, a obra de Homero corresponde a importante depoimento. O filme naturalmente não poderia deter-se nesse ângulo. Mas no capítulo seguinte à morte dos pretendentes (Canto XXIV), que não aparece no filme, a preocupação de Ulisses é obter a compreensão de seu pai, Laertes, já que sua reação trazia a ameaça de guerra civil, que somente por Laertes poderia ser conduzida, em

que pese a sua idade. Desse Canto recomendamos a leitura antes ou depois da exibição do filme da parte em que Ulisses, após encomendar um banquete, vai em busca do pai (na edição da Abril Cultural, tradução de Antonio Pinto de Carvalho, das páginas 217 a 219). Para bem fixar esse momento, por sua relevância, vamos lembra-lo.

Depois de havê-lo sondado e não sendo reconhecido, Ulisses afinal dá-se a conhecer e diz-lhe com certa apreensão: “matei os pretendentes em nossa casa; vingando os crimes por eles cometidos, vinguei minha honra”. Depois de banhado e unguento em óleo, Laertes, antes alquebrado, está “semelhante aos deuses imortais” e logo fala do tempo em que, à frente de seu exército, realizou grandes feitos. Assume plenamente a condição de patriarca da família e ocupa o seu posto na ameaça de guerra civil que se esboça no final e não chega a consumir-se.

A Grécia iria proporcionar uma contribuição fundamental à cultura ocidental, que consiste na racionalidade, expressa na filosofia, na forma de que se revestiu a obra de Platão e Aristóteles: na matemática, na síntese apresentada nos *Elementos*, de Euclides; e em algumas outras disciplinas.

Legou-nos também a diferenciação de diversas formas de manifestação

artística, como a tragédia, a escultura, a poesia, etc.

O homem que queria ser rei.

Filme americano de 1975, dirigido pelo grande mestre John Huston, consistindo numa livre adaptação do livro do mesmo nome de Rudyard Kipling. Atores principais: Sean Connery e Michael Caine. Tempo de exibição: 129 minutos.

Rudyard Kipling (1865-1936), escritor inglês, nasceu em Bombaim, tendo se educado na Inglaterra. Voltou à Índia como jornalista e procurou em alguns de seus livros retratar costumes e histórias daquele longínquo país. Consagrou-se também como poeta, tendo merecido o Prêmio Nobel de 1907. O livro que John Huston tomou por base para conceber e dirigir o filme em epígrafe toma por personagens dois aventureiros (excluídos do exército inglês na Índia), que pretendem reconstituir, em busca da fortuna, uma das rotas seguidas por Alexandre o Grande (356-323 a.C.). Partindo da minúscula Macedônia, Alexandre dominou a Grécia, o Egito, o Oriente Médio e chegou até a Índia, pelo interior. Coube-lhe o mérito de espalhar a cultura grega no Mediterrâneo e de organizar, na cidade egípcia que erigiu e deu o seu nome, o Museu de Alexandria, que acabaria desempenhando um papel essencial na preservação e na difusão da obra dos matemáticos e astrônomos gregos.

John Huston (1906-1987) é considerado como um dos maiores diretores do cinema norte-americano.

O interesse do filme *O Homem que Queria Ser Rei* consiste na forma como Kypling reconstitui o que seria uma autêntica sociedade patriarcal. Na sua visão, esta sociedade corresponde ao mundo da estagnação e da disputa entre famílias. Os dois aventureiros ingleses organizam um exército e conseguem estabelecer uma certa ordem. É interessante que haja admitido que a corporação militar seria uma das instituições capazes de contrapor-se e de derrotar a família patriarcal hipótese que foi elaborada e fundamentada pelo estudioso norte-americano Robert Nisbet e que tivemos oportunidade de referir expressamente por se tratar de explicação plausível do chamado "milagre grego".

Nas cercanias da região imaginada por Kypling ocorre, de fato, ainda em nosso tempo, a sobrevivência de muitos elementos integrantes da sociedade patriarcal.

A queda do império romano

Filme americano de 1964, estrelado por atores muito conhecidos, como Sofia Loren, Alex Guinness e James Mason. Tempo de exibição: 172 minutos.

Não se trata de uma reconstituição histórica porquanto o personagem principal, Marco Aurélio, foi imperador no século II, de 161 a 180, não se situando nessa época a queda do Império, mas no século V.

Retrata a disputa entre generais romanos na substituição de Marco Aurélio, quando a disputa que levou àquele desfecho deu-se entre militares bárbaros, que haviam sido sucessivamente incorporados ao exército.

De todos os modos, dá uma idéia da grandiosidade daquela civilização.

EXERCÍCIOS

1. É muito popular em certos círculos a convicção de que a democracia ateniense constitui uma forma de seu exercício mais apropriada que a existente nas democracias ocidentais consolidadas. Tem alguma idéia do traço essencial daquela democracia?

2. Porque se diz que a religião pode atuar como estimulante ou refreadora do desenvolvimento econômico? A que esfera da cultura acha-se relacionada e se trata de uma dimensão obrigatoriamente presente à vida social?